

AS LUTAS DE CLASSES VISTAS PELO SEU AVESSE: A subversão reacionária

CLASS STRUGGLES SEEN FROM THE INSIDE:
The reactionary subversion

LUCHAS DE CLASE VISTAS DESDE DENTRO:
La subversión reaccionaria

Virgínia Fontes¹

RESUMO

Partindo da categoria gramsciana de subalterno, pretendemos mostrar como os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes incidem sobre a educação e formação político-intelectual das classes trabalhadoras do campo e da cidade, com vistas a sua conformação psicofísica. Deste modo, olhando pelo avesso, isto é, através da observação das práticas dos dominantes, podemos supor que o que se afigura como fragmentação das classes subalternas é a forma concreta atual da sujeição do trabalho ao capital. Deste modo, abordar o processo histórico atual através da subalternização (com seu lastro de hierarquias, expropriações, exploração, opressões e devastação da natureza) permite a abertura de um ângulo de visão importante para a definição tanto das condições objetivas quanto subjetivas da constituição e lutas das classes subalternas.

PALAVRAS-CHAVE: Subalterno. Luta de classes. Educação. Aparelhos Privados de Hegemonia.

ABSTRACT

Starting from the Gramscian category of subaltern, we intend to show how the private apparatuses of hegemony of the dominant classes affect the education and political-intellectual formation of the working classes, with a view to their psychophysical conformation. In this way, looking inside out, that is, through the observation of the practices of the dominants, we can assume that what appears as a fragmentation of the subaltern classes is the current concrete form of the subjection of labor to capital. In this way, approaching the current historical process through subalternization (with its ballast of hierarchies, expropriations, exploitation, oppression and devastation of nature) allows the opening of an important angle of vision for the definition of both the objective and subjective conditions of constitution and struggles of the subaltern classes.

KEYWORDS: Subaltern. Class struggle. Education. Private Apparatus of Hegemony.

RESUMÉN

Partiendo de la categoría de subalterno de Gramsci, pretendemos mostrar cómo los aparatos privados de hegemonía de las clases dominantes inciden en la educación y formación político-intelectual de las clases trabajadoras, con miras a su conformación psicofísica. De esta manera, mirando de adentro hacia afuera, es decir, a través de la observación de las prácticas de los dominantes, podemos asumir que lo que aparece como una fragmentación de las clases subalternas es la forma concreta actual de sujeción del trabajo al capital. De esta forma, abordar el proceso histórico actual a través de la subalternización (con su lastre de jerarquías, expropiaciones, explotación, opresión y devastación de la naturaleza) permite abrir un importante ángulo de visión para la definición de las condiciones tanto objetivas como subjetivas de constitución y luchas de las clases subalternas.

¹ Professora do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. <https://orcid.org/0000-0002-5689-8249>

PALABRAS CLAVE: Subalterno. Lucha de clases. Educación. Aparato privado de hegemonía.

INTRODUÇÃO

Este artigo integra um estudo preliminar sobre a composição das classes trabalhadoras na atualidade, tema muito extenso, e nos limitaremos aqui a destacar a importância de uso da categoria gramsciana de subalternos ou subalternizados, por permitir uma leitura relacional (que envolve relações de dominação, exploração e opressão) num período em que nos defrontamos com importante reconfiguração nas classes trabalhadoras. Pretendemos mostrar que há luta de classes na sociedade civil brasileira, e a atuação dos “partidos” das classes dominantes incide principalmente na educação, tomada em sentido amplo, desde a educação escolar, pública e privada, até extensa rede formada por meios diversos de comunicação (mídia e *think tanks*, que também são nutridos pelo empresariado), incluindo a ação dos governos (e do Estado) enquanto educadores. Enorme malha de aparelhos privados de hegemonia *empresariais* (APHEs), de perfil ultraliberal, atua para preparar *trabalhadores* desprovidos de direitos desde a mais tenra idade.

O alvo é a conformação psicofísica de massas populares para agirem em condições de concorrência brutal para a sobrevivência, nublando o caráter concreto de sua subordinação ao capital. A formação para os trabalhadores parece ser, na atualidade, a formação dos subalternos. Ou, de maneira mais direta, essa variada massa de subalternos constitui, para as burguesias, a massa de trabalhadores.

Essa ação empresarial ocorre como resposta a uma renitente aspiração popular pela construção de uma vida social igualitária e pela educação pública, que se organiza também na sociedade civil e volta e meia se manifesta. O bloqueio dos canais *políticos* para sua expressão parece tê-la conduzido inclusive para posições conservadoras². O período dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) relegou a segundo plano a autonomização da organização *política* dos subalternos, o que fragilizou ainda mais sua organicidade.

Olhando pelo avesso – através da observação de práticas dos dominantes – podemos supor que o que se afigura como fragmentação é a forma concreta atual da sujeição do trabalho ao capital. A devastação das formas históricas de organização das classes trabalhadoras acabou

² Um APH empresarial, a Fundação Tide Setúbal, organizou interessante pesquisa sobre o conservadorismo popular, onde assinala que a categoria de igualdade figuraria para tais setores como atributo da direita. FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso em 15/06/2021.

atingindo o PT, apesar de sua docilidade. Pensar o processo atual através da *subalternização* (com seu lastro de hierarquias, expropriações, exploração, opressões e devastação da natureza) pode quiçá permitir um ângulo importante para a definição tanto das condições objetivas quanto subjetivas das classes trabalhadoras.

Na sequência, apresentaremos como – olhando pelo avesso, isto é, desde a atuação das classes dominantes – seus “partidos” mais expressivos continuam a educar trabalhadores, agora desprovidos de garantias e direitos. Ao mesmo tempo, e exatamente pela duplicidade discursiva, em que se dirigiam a “pobres” ou “vulneráveis”, mas, de fato trabalhadores, as burguesias brasileiras intensificaram práticas corrosivas para subverter as lutas e reivindicações dos subalternizados.

TRABALHADORES E SUBALTERNOS

Quais são os integrantes da classe trabalhadora? Esse é um debate clássico, permanentemente revisitado, sob múltiplos ângulos, como o trabalho produtivo ou improdutivo, a reconfiguração das classes sociais na atualidade, o papel das expropriações primárias e secundárias, a relação entre classe, povo e nação e, dentre elas, a relação entre classe social e massas populares.

Aqui apenas afloraremos essa investigação, e vamos nos concentrar em contribuições gramscianas para pensar a realidade contemporânea, quase um século após sua magistral elaboração.

Em 1926, pouco antes de sua prisão, Gramsci havia redigido um texto tratando da *Questão Meridional*, que foi publicado em 1930 – quando ele já estava há longos anos encarcerado. Analisou ali o processo das lutas sociais italianas, explicitando o contraste entre o Norte industrializado e o Sul camponês, e como a atuação das entidades burguesas e dos diversos tipos de intelectuais – industriais e agrários – procurava não apenas separar os dois segmentos mais importantes das classes trabalhadoras, mas para antagonizá-los.

Gramsci escreveu o texto em franca oposição às atitudes tomadas pelo Partido Socialista Italiano (PSI), que ao contemporizar, estimulava simultaneamente uma aparente superioridade operária do Norte (contribuindo para afastar o operariado fabril dos demais setores populares), enquanto agia favorecendo sua subalternização aos setores empresariais. Gramsci apontava para a necessidade de pensar e agir articuladamente com o conjunto dos setores populares, especialmente os camponeses, e incitava a classe operária – ele se referia aos setores diretamente fabris – a uma organização que não se esgotasse no ambiente fabril. Incorporar a questão camponesa e os demais setores populares urbanos era condição fundamental.

Para ele, a organização – isto é, o Partido – deveria favorecer a construção de uma homogeneidade interna na classe trabalhadora e uma crescente consciência das condições concretas e históricas de existência e de seus próprios objetivos, como expressão nacional e internacional. O Partido precisava estar enraizado na classe operária urbana e fabril, mas sua ação deveria ser simultaneamente a de cimentar um “espírito de cisão”, uma consciência de classe, e a de torná-la capaz de *alçar-se para além de seus interesses imediatos*, de maneira a atingir as grandes massas populares, a começar pela conquista da confiança dos camponeses:

... nenhuma ação de massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista. O que isso significa? Que não só devem ser superadas as distinções entre as diferentes profissões, mas que é preciso – para conquistar a confiança e o consenso dos camponeses e de alguns segmentos semiproletários das cidades – superar alguns preconceitos e vencer determinados egoísmos que podem subsistir e subsistem na classe operária... (GRAMSCI, 2004, p. 415).

Como outros grandes clássicos do marxismo, Gramsci adverte que a construção de processos revolucionários precisa ir além dos limites estreitos não apenas do sindicalismo, mas da suposição de que a classe operária esgota o conjunto do proletariado, o que poderia levá-la – e a seu partido – a desconsiderar os setores populares do campo e das cidades.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci passou a utilizar com frequência a expressão classes ou grupos subalternos englobando a classe operária (fabril) e os demais setores populares subordinados ao capitalismo. Não há definição precisa para a categoria e ela é sempre utilizada no plural, mostrando que não se trata de uma entidade singular. Não é impossível que no *Caderno 25, Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos)*, escrito em 1934 (GRAMSCI, 2002, p. 129-147), a expressão tenha sido empregada também para contornar a extrema vigilância exercida sobre ele na prisão. A característica principal dos grupos subalternos para Gramsci é a reduzida organização, a desagregação, a falta de coesão, gerando níveis variados de subalternidade e de marginalidade (BUTTIGIEG, 2009, p. 826-830).

Ao esboçar os critérios para os estudos da história dos subalternos, Gramsci inicia lembrando que é no Estado que ocorre a unidade das classes dirigentes e, portanto,

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função desagregada” e descontínua da história da sociedade civil (GRAMSCI, CC 5, 2002, p.139-40).

Estabelece alguns pontos centrais a estudar, insistindo sobre a importância da análise das formas precisas de luta dos subalternos e, sobretudo, do permanente acompanhamento das modalidades organizativas e dos “partidos” das classes dominantes que estabelecem formas de controle sobre os subalternos:

1) a *formação objetiva dos grupos sociais subalternos*” (140), que envolve seu papel e transformações no mundo da produção econômica e “sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renascimento ou de nova formação; 3) *o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos*; 4) *as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações e caráter restrito e parcial*; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc.” (idem, p.140. Itálicos nossos, VF).

O estudo tem como função apontar as forças populares inovadoras, as formas pelas quais elas constroem sua autonomia, como promovem a adesão ativa ou passiva dos demais grupos sociais, e seu o grau de consciência histórico-política.

O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, *espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isto requer um complexo trabalho ideológico (...)*” (GRAMSCI, CC 2, 2001, p. 78. Itálicos nossos, VF).

Num período histórico em que a demarcação dos setores das classes trabalhadoras era mais clara, configurando um operariado em ascensão numérica e organizativa, Gramsci insistia no espírito de cisão, ou no enfrentamento ao conjunto de características que marcam tanto o capital, quanto o capitalismo, de escala internacional, quanto as formas nacionais específicas na sua expansão. O espírito de cisão é um dos elementos essenciais para elaborar a personalidade histórica do conjunto dos subalternos, favorecendo uma unificação em que as reivindicações e lutas dos diferentes grupos fossem levadas em conta, sendo sua homogeneização um processo ao mesmo tempo organizativo e formativo.

SUBALTERNOS NO SÉCULO XXI

Façamos agora um salto para o século XXI. Quanto ao primeiro item, assinalado por Gramsci tanto sobre os subalternos quanto ao analisar os processos de formação da consciência coletiva, passamos do padrão da disciplina quase militar da força de trabalho, concentrada seja sob o formato corporativista fascista, seja sob o padrão fordista (americanismo) em grandes unidades fabris, que foi vitorioso e predominou até a década de

1980, para a existência internacional de grandes massas de população com vinculação fragilizada com o mercado de trabalho e com processos de produção desiguais, díspares e fragmentados. Cadeias globais de valor conectam capitais fortemente concentrados e tecnologias altamente performáticas com enormes concentrações fabris em alguns países. Em Bangladesh, Tailândia, Índia e, com características específicas também na China, a generalização das fábricas tayloristas, típicas do americanismo, não se conjuga com condições de trabalho regulamentadas, e em muitos casos são relações totalmente precarizadas – longuíssimas jornadas de trabalho, ou mesmo ausência de jornadas definidas, de contratos, de direitos trabalhistas ou sociais, etc. Grandes massas de camponeses permanecem assediadas e expropriadas, e a situação mais emblemática é a da Índia. Populações inteiras são submetidas a bloqueios econômicos que atingem dramaticamente os trabalhadores. Diversas guerras localizadas e perseguições políticas, culturais, religiosas, etc., além de crises recorrentes resultam em constante superpopulação pressionando os mercados de trabalho e intensificando correntes migratórias.

Disseminaram-se formas de subordinação dos trabalhadores ao capital por meios antes impensáveis, como a substituição do contrato do trabalho por conexões com aplicativos ou atividades remotas, com modalidades as mais diversas de regimes de trabalho, todas compartilhando do rebaixamento generalizado de direitos associados aos contratos de trabalho.

Nessa estranha e desigual configuração da sujeição dos seres sociais ao capital conectam-se as pontas mais refinadas e tecnológicas com as situações mais precárias e vulneráveis. O processo produtivo mescla os que detêm contratos e direitos quer seja pelo assalariamento, quer seja por formas mimetizando as empresas (Pessoa Jurídica-PJ, Microempresário individual-MEI, etc.), ou ainda aqueles que vivem processos escalonados e hierarquizados, com sequências de subcontratos com direitos reduzidos (como as terceirizações), a outros ainda que trabalham na ausência de contratos e de direitos formais (aplicativos) os que dependem de transferências condicionadas de renda e, ainda, aos que sobrevivem de inúmeros expedientes. Qualquer produto corriqueiro (automóveis, tecidos ou smartphones) envolve processos de produção distantes uns dos outros, em países variados; atividades díspares, desde a formulação de tecnologias até sua utilização cotidiana, na forma de sua execução (se coletiva ou isolada, a domicílio), na relação jurídica (contrato de trabalho ou não), no acesso a direitos, na extensão da jornada, etc. A eles se acrescentam massas de trabalhadores de transporte e de comércio, também heterogêneos nos processos de trabalho e no acesso a direitos.

Como no tempo de Gramsci, e apesar da extrema intensificação das expropriações primárias dos povos do campo, prossegue a existência de importantes massas de trabalhadores rurais e

de camponeses, de indígenas, todos em condições penosas, mas extremamente variadas, que se somam a essa multifacética massa trabalhadora urbana.

Nessas condições concretas, a análise da composição das classes trabalhadoras é um desafio crucial, e vem sendo enfrentado por inúmeros autores e grupos de pesquisa, dentre os quais destacam-se no Brasil Ricardo Antunes (2018) e Marcelo Badaró Mattos (2019). As classes trabalhadoras são majoritariamente urbanas, mas incluem camponeses e trabalhadores rurais em proporções variadas. São massas populares, resultantes de processos de expropriação (primários e/ou secundários), dependendo de mercados para subsistir. Todos precisam da venda – sob modalidades díspares – de sua força de trabalho e apenas alguns grupos originários e parcela dos trabalhadores rurais sobrevivem sem necessitar vender temporária ou permanentemente sua força de trabalho.

Pensar o conjunto dessa enorme população como subalternos ou subalternizados permite observar que mesmo aqueles que permanecem na condição operária fabril, com perfil mais clássico e com contratos experimentaram processos de desagregação interna nos ambientes de trabalho e de destruição de vínculos internos e organizativos classistas mais sólidos. Apesar de oferecerem intensa resistência, tais trabalhadores vêm sendo empurrados a permanente movimento de defesa, e as circunstâncias tendem a circunscrever as lutas (e a consciência) a seu nível corporativista ou sindicalista. Sem falar da redução do sindicalismo, do aumento das expropriações de direitos, da repressão e do ativismo das classes dominantes, que permanentemente indicam tais trabalhadores como “privilegiados”, no afã de reduzirem salários e de expropriar direitos. Encontram-se diante de situações paradoxais, como a defesa dos vínculos empregatícios – e, portanto, da sujeição do trabalho ao capital – confrontados a uma crescente população que, subordinada ao capital por vínculos menos visíveis (caso das plataformas ou de trabalhadores informais de inúmeros tipos), parecem execrar o vínculo empregatício direto.

Os subalternizados contemporâneos experimentam de maneira intensa múltiplas formas de discriminação e opressão, a começar pela negação constante de seu próprio caráter de classe. E lutam, em diversas direções, muitas vezes com aparência de subversivismos esporádicos. Mostram, entretanto, que certo espírito de cisão, ainda que difuso, se generaliza, e mais do que no tempo de Gramsci, ele pode ser um indício para a compreensão da composição objetiva e subjetiva das classes trabalhadoras.

Abordar a história dos subalternizados nos termos gramscianos nos tempos atuais envolve também analisar a forma pela qual as classes dominantes agiram e agem para obstaculizar as organizações próprias dos inúmeros grupos de subalternos, para bloquear seu espírito de cisão através de “novos partidos”, voltados especificamente para conter suas reivindicações, impondo um caráter restrito e parcial.

A DESIGUALDADE GLAMOURIZADA – ELEMENTOS DE ANÁLISE SOBRE A SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

É importante começar esclarecendo que não dispomos de uma avaliação detalhada da composição e da atuação do conjunto da sociedade civil brasileira. Os Censos realizados pelo IBGE e/ou IPEA, muitos deles em parceria com APHEs (BRASIL. IBGE, 2008 e 2012), demonstram a existência de um número muito grande e diversificado de entidades (associações, cooperativas, institutos, fundações, caixas escolares, entidades religiosas, etc.). Na última pesquisa do Ipea, elas somavam 820 mil, e envolvem iniciativas de cunho muito variado (BRASIL. IPEA, 2018). A própria designação é variada, mostrando como se apresentam de maneira gelatinosa e imprecisa – Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil (OSC), ou ainda expressões genéricas que edulcoram o terreno das lutas sociais, como “Terceiro Setor”.

As classificações internas são pouco precisas e deixam muitas lacunas, o que chega a merecer um capítulo à parte na publicação do Ipea, dedicado à “Ausência de Dados, Lacunas das Análises e uma Agenda de Pesquisa sobre as OSCs do País”, importante mas ainda muito insuficiente (BRASIL. IPEA, 2018, p. 149-156). Entretanto, tais Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ocupam um espaço econômico e laboral significativo e empregavam quase 3 milhões de pessoas em 2015, considerando apenas os trabalhadores com vínculos empregatícios.

Este total equivalia, em dezembro de 2015, a 3% da população ocupada do país, 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada. Comparativamente, mais de 30% do que empregava o setor da agricultura, 26% do total empregado na indústria e 26% do total de pessoas empregadas formalmente no setor público (civil e militar) (BRASIL. IPEA, 2018, p. 55).

Desde a contrarreforma do Estado brasileiro, levada a efeito entre 1995 e 1998, escancarou-se a permeabilidade entre o setor estatal e as entidades sem fins lucrativos, que passaram a receber recursos públicos para desempenhar atividades sob controle gerencial privado, especialmente nos âmbitos da saúde e da educação. Isenções e imunidades fiscais asseguradas a tais entidades favorecem a que hospitais de alto custo, como Albert Einstein, Centros universitários e de Pesquisa como o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) ou as Pontifícias Universidades Católicas, se mantenham como entidades sem fins lucrativos. Outro exemplo impactante é o de Fundações sem fins lucrativos que controlam setores altamente lucrativos, como a Fundação Bradesco, que controla 58% das ações ordinárias do Banco Bradesco (cf. BRADESCO, 2020 *apud* AMARAL, 2021).

Por tais publicações não é possível rastrear a quantidade de entidades sem fins lucrativos organizadas pelo empresariado ou identificar aquelas iniciadas por setores populares. Pode-se supor que as fundações, que são 12.000 e constituem 2% do total, sejam majoritariamente financiadas pelo empresariado. Pode-se também supor que as entidades que têm maior número de trabalhadores sejam de cunho empresarial, e sabemos que elas se concentram nas áreas da educação e da saúde. Os APHs que mantêm de 50 a 99 empregados, somam 3.559 e representam 0,68% do número de entidades. Os que têm de 100 a 499 empregados, somam 3.100 entidades e representam 0,59% das entidades. Um total de 756 entidades empregam 500 ou mais trabalhadores, e expressam 0,14% do número de entidades. Agregando-as, temos que 7.415 entidades contratam mais de 50 trabalhadores com vínculos formais, e representam 1,41% do total das organizações ditas sociais (cf. BRASIL. IPEA, 2018, p. 86).

Tentando averiguar o aumento da associatividade popular, procuramos pela situação contrária, a das entidades que *não* contam com trabalhadores formais. Ainda segundo o IPEA, “83% das OSCs não apresentam trabalhadores com vínculos formais; outras 7% delas têm até dois vínculos, totalizando 90% de OSCs com no máximo dois empregos formais” (BRASIL. IPEA, 2018, p. 85). Esse é um indício importante de aumento significativo de associações populares formalizadas.

É admissível que associações iniciadas por subalternos situem-se no tema “desenvolvimento e defesa de direitos”, que abrange 339 mil organizações. São ainda informações muito indicativas, uma vez que há enorme diversidade no interior de tal definição temática. Procurando definir termos de comparação mais precisos, a pesquisa do Ipea reorganizou os dados, resultando na seguinte tabela:

OSCs com a finalidade “**desenvolvimento e defesa de direitos**”, após reclassificação, com percentual de participação de cada subitem:

Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	43,94%
Defesa de direitos – múltiplas áreas	10,78%
Associações de pais, professores, alunos e afins	9,77%
Associação de moradores	9,71%
Associações patronais e profissionais	6,88%
Centros e associações comunitárias	6,44%
Cultura e recreação	4,33%
Saúde, assistência social e educação	4,10%
Religião	1,69%
Meio ambiente e proteção animal	1,01%
Desenvolvimento rural	0,74%
Defesa de direitos de grupos e minorias	0,62%
TOTAL	100,00%

Fonte: Fonte: Ipea, SRF (Brasil, 2016) e Fasfil/IBGE (2012). Elaboração do Ipea (2018).

Como se observa, tampouco chegamos a uma configuração mais precisa. Como exercício, podemos excluir as Associações patronais e profissionais, as Associações de pais, professores, alunos e afins e as de Religião daquelas com origem diretamente popular e voltadas para reivindicações dos subalternos. Ademais, sabemos que Saúde, educação e assistência social são setores fortemente impulsionados pelo empresariado. Excluindo-as, para uma estimativa de organizações associativas de cunho popular, chegamos a que 77,56%, ou quase 263 mil entidades cuja finalidade é “defesa de direitos e desenvolvimento” podem ter origem popular.

O crescimento notável da associatividade no país, e suas dimensões, indicam algumas direções importantes. Em primeiro lugar, confirma a categoria gramsciana da sociedade civil como um dos campos centrais da luta de classes. Inúmeras formas associativas emergem e podem expressar modalidades diversas do espírito de cisão. Em segundo lugar, expressa a intensificação de uma associatividade popular que, ao que tudo indica, não é alvo de averiguação de nenhuma das pesquisas citadas, embora o grande número de organizações sociais sem trabalhadores contratados indique um movimento bastante extenso de base popular.

Em terceiro lugar, permite inferir que o estímulo público e privado ao associativismo tomado de forma imprecisa resultou em crescente privatização de setores destinados a políticas sociais, e favoreceu um avanço empresarial sobre recursos e sobre políticas públicas postos à sua disposição pelo Estado, sob rubricas as mais diversas. Poucas entidades, em geral as maiores, abocanharam a maior parte dos recursos públicos. A desigualdade social parece ao mesmo tempo estimular a formação de associações de subalternos, a intensificar as lutas no âmbito da sociedade civil, mas vem reproduzindo e aprofundando as desigualdades, o que se torna ainda mais evidente no acesso a recursos públicos.

Os dados disponíveis permitem apenas uma aproximação da totalidade dos recursos públicos a que as organizações sociais conseguem acesso, pois cada pesquisa utiliza metodologia diversa e incide sobre diferentes fontes de receitas. Segundo o estudo do IPEA de 2018 as *transferências públicas voluntárias* anuais para as organizações da sociedade civil, entre 2010 e 2017, totalizaram R\$ 75 bilhões (cf. BRASIL. IPEA, 2018, p. 121). Com outro critério, o Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), braço do APHE Comunitas (2020, p.14-19) apresenta dados da *captação de incentivos fiscais*, e destaca o montante de R\$590 milhões apenas para o ano de 2019, e inclui somente o grupo empresarial pesquisado, com empresas e entidades do APHE Comunitas e do Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE). Com ainda outra abordagem, o jornal Valor Econômico apresentava os seguintes montantes de *renúncia fiscal* da União, totalizando mais de 150 bilhões de reais para os anos de 2007 a 2017.

Gastos tributários da União com entidades sem fins lucrativos – em R\$ bilhões (em valores constantes de 2017):

	2007	2009	2011	2013	2014	2015	2017
Entidades sem fins lucrativos – isentas/imunes	18,5	19,5	21,3	23,9	25,4	21,9	21,2

Fonte: Orçamento de subsídios da União, 2ª ed., Minifaz, apud VALOR ECONÔMICO, 18, 19 e 20 agosto 2018 – p. A12

Como se observa, são montantes muito expressivos de recursos públicos deslocados para esse setor. Longe de promover maior igualdade social, essa prática reforça as desigualdades no interior da sociedade brasileira e, em especial, no âmbito da sociedade civil. A *transferência voluntária de recursos públicos* concentra-se fortemente nas grandes entidades. Até 2015, entidades sem vínculos de trabalho, que são as mais numerosas, recebiam apenas algo em torno de 30% das transferências voluntárias públicas, mas após as maiores entidades passaram a abocanhar 90% do total dos recursos públicos.

A partir de 2016 a concentração em grandes organizações se acentuou. OSCs com mais de cem vínculos de trabalho receberam mais de 90% do total de recursos. A mudança decorre da manutenção do fluxo de recursos para OSCs da área de saúde, na qual estão as maiores organizações e redução expressiva dos valores destinados para as OSCs da finalidade desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, que são menores (BRASIL. IPEA, 2018, p. 132-133).

Sublinhando a distância entre a propaganda angelical e homogeneizadora divulgada incessantemente pelos maiores APHs financiados pelo empresariado e pela mídia proprietária, e o acesso a recursos públicos, o trabalho do Ipea ainda observa que:

a destinação de recursos para as entidades de “defesa de direitos de grupos e minorias”, que figura como um grupo reduzido no universo, mas às quais grande parte da imagética sobre OSCs se associa, receberam um valor inexpressivo de recursos e, de 2015 a 2017, nenhum real por meio de transferências federais (BRASIL. IPEA, 2018, p. 130).

Apesar de intensa glamourização de uma sociedade civil filantrópica e generosa nas mídias proprietárias, a desigualdade da vida social é reforçada ao deslocar recursos das políticas universais para o setor privado, ao ocultar as lutas populares e ao favorecer a atuação empresarial.

OS PARTIDOS DAS CLASSES DOMINANTES E SUAS “SUBVERSÕES” CORRIQUEIRAS

Que “partidos” foram criados pelas classes dominantes no Brasil? Perscrutando, como sugere Gramsci, as formas organizativas das classes dominantes na sociedade civil – e não apenas os partidos políticos oficiais – observa-se um enorme crescimento de aparelhos

privados de hegemonia empresariais, constituídos como entidades ‘sem fins lucrativos’ - Institutos, Fundações, Organizações Sociais, Oscips - criadas e financiadas por empresas e/ou empresários.

Desde os anos 1950 se expandiram entidades “sem fins lucrativos”, de defesa de interesses econômicos empresariais, constituídas como “associações” em paralelo às entidades sindicais patronais. A associatividade empresarial desdobrou-se para inúmeras atividades no Brasil e no cenário internacional. Em muitos casos, volta-se para a compatibilização de setores dominantes em escala mundial, agregando entidades de diversas nacionalidades (sem perda de conexão com a defesa setorial), como a Trilateral (cf. HOEVELER, 2015), que congregava o núcleo central das burguesias imperialistas. Também sob iniciativa do empresariado dos EUA e participação brasileira, figuram a American Society-Council of Americas (AS-COA) (cf. HOEVELER, 2020) ou a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM-Br); em outros casos, empresários estabelecem organizações voltadas para pesquisas, formulações de políticas de Estado e, sobretudo, de formação massiva e de propaganda em grande escala, os *think tanks* (cf. DREIFUSS, 1986; MORAES, 2015; PAULO, 2020)³.

Além dessas, há ainda aquelas entidades direcionadas para os subalternos, que nos interessam mais de perto. Estas têm um cunho mais próximo ao de “partidos *para* os subalternos”, e se multiplicaram fortemente no Brasil a partir da década de 1990, após a Constituinte e o retorno das eleições. Constituem uma “direita para o social” (cf. MARTINS, 2009), praticando uma mercantil-filantropia, interferindo nas lutas populares e em diversos movimentos sociais, voltadas para subalternizar (e mercantilar) atividades até então militantes e selecionar alguns de seus ativistas, mas sua estrutura está fortemente assentada na captura de recursos públicos. São “intelectuais coletivos”, e pretendem, através de pequenos financiamentos, formar intelectuais subalternos, voltados para “aplicar” as práticas definidas e ajustadas pelas classes dominantes, para gradualmente alterar o teor de sua militância original (cf. FONTES, 2010). Promovem uma guerra de classes assentada numa pedagogia da hegemonia (cf. NEVES, 2005). Travam a batalha do convencimento e da persuasão sobre os subalternos, o que configura uma permanente guerra de posição, em que não apenas atacam frontalmente o adversário, mas capturam algumas de suas lideranças, alterando seu posicionamento, numa prática de conversão similar à conversão religiosa, na qual alguns militantes populares de causas sociais diversas são selecionados a dedo e conduzidos a novas posições sociais, alterando tanto suas condições materiais quanto suas perspectivas originais. Implementam práticas regulares de transformismo, nos termos gramscianos, realizado de maneira molecular e permanente.

³ Para uma abordagem sobre a variedade dessas entidades, todas sem fins lucrativos, ver Casimiro, 2018 e Fontes, 2019.

Não caberia neste espaço estabelecer uma lista das entidades empresariais voltadas para os setores populares e o fundamental é observar a conexão entre os diferentes escopos desses APHEs. O modelo de sua atuação caracteriza o capital-imperialismo contemporâneo, capitaneado pelos Estados Unidos, em que a ingerência econômica e militar se acompanha da “preparação” das burguesias subalternas, tanto pelas conexões econômicas, quanto pela atividade política intraburguesa e voltada para os “vulneráveis”. Algumas entidades estadunidenses estão na origem de numerosos APHs brasileiros, como a própria AMCHAM e as Fundações Rockefeller, Ford e Kellogg. Há uma estreita afinidade cosmopolita entre as entidades criadas por empresários brasileiros e entidades empresariais de diferentes nacionalidades, cujas empresas e fundações figuram nas redes brasileiras. Alguns APHEs voltados para a atuação de convencimento popular de larga escala se tornaram muito conhecidos, como a Fundação Roberto Marinho (educação e cultura), a Fundação Itaú e seu braço CENPEC (educação), a Fundação Bradesco (educação), o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann.

Eles se associam em diversas redes, que instauram novas e maiores entidades sem fins lucrativos ao agrupar empresas para “Investimento Social”, como o Comunitas, ou reunir outros APHs empresariais, como o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais-GIFE. Alguns APHs empresariais em rede constituem conglomerados temáticos, como o Todos pela Educação (que pretende definir, implementar e avaliar a educação pública) e o Movimento pela Base, que se propõe a definir e acelerar a implementação da Base Nacional Curricular Comum. Há enorme multiplicidade de conexões entre eles (cf. EVANGELISTA, 2021). Para além das redes locais, as burguesias e seus APHs promovem trocas cosmopolitas de influências e recursos; o anticomunismo preventivo que vigora no cenário internacional não se alimenta de ideias, mas conta com APHs empresariais próprios e com instituições estatais policiais, militares e de espionagem, interligadas, atentas para interferir ao menor sinal de qualquer movimentação popular. A leitura atenta da monumental pesquisa de Vicente Gil da SILVA (2020) que, embora não trate do período que analisamos, oferece um quadro preciso e documentado dessas conexões.

Mesmo levando em consideração uma estratégia permanente burguesa antipopular, tais “partidos” não foram criados com uma atenção especial a alguns setores populares por parte dos endinheirados, nem muito menos por alguma antecipação genial das burguesias em seu afã de dominação social, mas porque se depararam com o crescimento da associatividade popular, e procuram esvaziar sua capacidade organizativa autônoma, subvertendo suas reivindicações e convertendo-as em formas de adaptação.

O que é muitas vezes designado como “lutas identitárias” não pode ser descartado de forma ligeira como mera imposição de um divisionismo empresarial. Evidentemente que as burguesias procuram todo o tempo dividir e fragmentar as classes trabalhadoras. Mas as lutas expressam reivindicações de trabalhadores – muitas delas por igualdade – que não encontram solução no âmbito do capital. A massificação dos trabalhadores e o encolhimento de suas formas clássicas de organização – especialmente sindicais – trouxe à tona inúmeros embates travados no campo conjunto dos subalternos. A dominação de classes e a luta pela hegemonia é luta de classes, se trava no terreno das classes sociais. A atuação das classes dominantes começa pela mimetização de sua aderência filantrópica a algumas causas populares, segue pelo financiamento (através de APHEs ou de empresas) para algumas organizações populares selecionadas, que se tornam dependentes de tais recursos. Essa é a forma clássica da segmentação burguesa da luta dos trabalhadores, ao tratar suas reivindicações como “demandas” de incorporação ao mercado e estabelecer negociações, e tais práticas não estão muito distantes do comportamento que adotam frente às lutas sindicais.

A origem segmentada das lutas ditas identitárias – especialmente feministas e antirracistas, mas também de acesso à terra, às águas, lutas indígenas, dentre outras – revela o crescimento exponencial de massas de trabalhadores vivendo e trabalhando em condições sempre mais precarizadas. Tais lutas se multiplicam, mesmo se contam com escassa organização a partir dos instrumentos clássicos, como os sindicatos e os partidos, atacados pelas burguesias e fragilizados internamente.

A atuação burguesa prima pelo esvaziamento do sentido original dos termos nos quais estão vazadas as reivindicações classicamente defendidas pelos subalternos e trabalhadores. Esterilizados, os termos serão repetidos ad nauseam. Essa é uma das primeiras subversões. Os termos mais frequentes nos sites dos APHEs empresariais são “transformar”, “mudar”, “mudar para valer”, “mobilizar”, “voluntariar”, “justiça”, “inclusão”, “sustentabilidade”, “equilíbrio entre o público e o privado”, “melhoria da vida”, “solidariedade”, “pobres”, “vulneráveis”, etc. Não se trata de uma guerra de narrativas, como gostariam pós-modernos de várias nuances. Isso é o que pretendem as classes dominantes, ao capturar os termos da luta proletária para esterilizar seu sentido, maquiar palavras para confundir os subalternos em sua apreensão do mundo, eliminando discursivamente as determinações efetivas da realidade social para sugerir que tudo não passa de mero “discurso”. Trata-se de luta de classes, de negar em grande escala a capacidade de traduzir o mundo de forma compreensível, agindo para adulterar a produção de uma sensibilidade e de uma sociabilidade próprias dos trabalhadores e, acima de tudo, impedir uma organização autônoma. E o fazem enquanto classe e enquanto Estado, que ecoa, reitera e generaliza os mesmos termos cunhados nos ambientes burgueses. A luta de classes na linguagem envolve, do lado das classes dominantes, uma refinada manipulação ideológica realizada por seus intelectuais.

Do lado dos subalternos trabalhadores, preservar e aprofundar o espírito de cisão exige a constante produção da verdade histórica, a evidenciação das contradições sociais derivadas da expansão do capital, o desmascaramento da devastação social e ambiental em curso realizada pelo capital, identificando seus agentes empresariais. Trata-se do revolucionamento das estruturas sociais concretas que exploram trabalhadores (e extraem mais-valor), oprimem os subalternos e devastam a natureza. Ademais, diferentemente das classes dominantes, não se trata da imposição pelo alto de falsas soluções que desconsideram as múltiplas causas e agravam as consequências. É preciso, como lembrou Gramsci, levar em consideração a própria composição social dos subalternos e o teor efetivo de suas lutas, reivindicações e organizações. Na magnitude da reconfiguração das classes trabalhadoras e das lutas dos subalternos nos tempos contemporâneos, é ainda mais necessária a capacidade de posicionar-se na defesa das reivindicações específicas (corporativas) de cada setor subalterno, mas de ir com elas para além delas.

Já mencionamos acima, embora rapidamente, que uma segunda subversão realizada por tais APHs empresariais consiste em eliminar as frágeis conquistas democráticas, substituindo-as pela interferência direta burguesa na formulação das políticas e na gestão dos recursos públicos. Essa é a mais visível das subversões, e traz como consequência uma terceira subversão, a perda de memória social, uma vez que a política pública é realizada por setores privados e a guarda e controle de grande parte da documentação gerada se mantém como atividade privada.

Essa intervenção direta burguesa na política mostra outra face especialmente grave: a desqualificação da organização político-partidária e a insistência em esfumar as fronteiras entre as posições políticas atinge de forma aguda os subalternos. A luta política é apresentada como se fosse limitada ao ambiente parlamentar. Empurra portanto os partidos populares e anticapitalistas à impossível tarefa de “salvar” a política burguesa, inclusive no ambiente parlamentar, frente a uma permanente subversão realizada pelas classes dominantes.

A atuação dos “partidos” empresariais (que apregoam ser políticos, mas apartidários) corrompe e desqualifica o conjunto dos partidos oficiais, por um processo já suficientemente conhecido, da corrosão através da “compra” de parlamentares ou de partidos inteiros, convertidos em balcões de negócios. A cada devastação realizada, o ativismo burguês precisa acelerar em direção a formas ainda mais destruidoras. Frente à desqualificação intensificada do conjunto da política após o golpe jurídico-parlamentar-empresarial contra Dilma Rousseff, assistimos nos últimos anos no Brasil a generalização de APHEs que pretendem *educar* o conjunto da atuação parlamentar para a gestão de negócios políticos.

Diversas iniciativas empresariais voltam-se para formar lideranças políticas, como o “Líderes do Amanhã” do Instituto de Estudos Empresariais - Fórum da Liberdade (coligado com

entidades da extrema direita dos EUA), o Politize! (capitanado por “jovens empresários”), o RenovaBR (fundado por Eduardo Mufarej, empresário da educação e do setor financeiro), o RAPS - Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade (criado por Guilherme Leal, um dos proprietários da Natura) e vários programas levados a efeito pela Fundação Lemann, para formar “lideranças que causem impacto social” (CARIELLO, 2021). Como as empresas e seus APHs estão “alinhados”, estamos diante de duas frentes de ação, de um lado, a perpetuação de práticas do balcão parlamentar, e, de outro, a impregnação do conjunto da representação parlamentar de “boas práticas” (!) de cunho gerencial. Coroando o processo, também tais APHs estabelecem relações e redes entre eles.

O FOCO DOS APHES – A CLASSE TRABALHADORA

Não há censos públicos especificamente sobre os *APHs empresariais*, e nem debate crítico sobre que tipo de informações deveria ser coletado. Desconhecemos muitas de suas especificidades. As atividades de tais APHs empresariais são criteriosamente filtradas e apresentadas como vitrines em seus sites, e são recenseadas pelos próprios empreendimentos patronais, como o GIFE ou o Comunitas, que realiza o BISC. Em suma, as informações que dispomos são organizadas pelo próprio empresariado, com critérios próprios e frequentemente há alterações nos sites, quando parcela dos dados desaparece.

Segundo eles, suas atividades no Brasil concentraram-se fortemente na educação pública de jovens e adultos no século XXI e através dela asseguraram enorme proximidade com os setores públicos (federais, estaduais e municipais). O Censo GIFE de 2014 assinalava que 85% dos seus associados realizavam “investimento social privado” na Educação (cf. DEGENSZAJN & ROLNIK, 2015). No Censo de 2018, 80% das entidades associadas ao GIFE atuavam no setor da educação, sendo que 61% realizavam projetos ou programas próprios na área (cf. FERRETI, 2019: 149). Nunca é demais repetir que todos os APHs têm um caráter “educativo”, mesmo quando não se destinam a uma finalidade diretamente escolar ou educativa, pois *todos* atuam na direção da desqualificação dos serviços públicos – sobretudo os de caráter universal – e na promoção compartilhada do “empreendedorismo” e da “inovação” como solução para os trabalhadores no país. Silenciam sobre a retirada de direitos associados aos contratos de trabalho, de direitos previdenciários e sindicais, agindo em defesa da concorrência feroz entre os trabalhadores, apresentada como “meritocracia”.

Não à toa voltam-se avidamente para a educação pública, como principal processo de formação da juventude trabalhadora, elogiando-a como a única forma de “melhorar de vida”. Intensificam a destruição da educação laica, crítica, socialmente referenciada, ao apropriar-se dos recursos públicos para supostamente “gerenciá-los” melhor, enquanto adéquam a escola pública à precarização generalizada das relações de trabalho.

Pelo avesso, se pode observar que a atuação dos APHEs esteve principalmente voltada para a formação/educação dos trabalhadores – apresentados como pobres ou vulneráveis – procurando adaptá-los ao contexto de desigualdade, de precarização das relações de trabalho, implementando teorias do capital humano e de “modelagem comportamental” (PRONKO, 2019). Há importantes estudos sobre a devastação que vem ocorrendo no caráter democrático da educação e da saúde públicas como resultado de tais investidas empresariais (cf. STAUFFER, 2018). Os termos mais empregados por tais entidades em sua atuação “educativa” e política são aqueles voltados para a formação de trabalhadores desprovidos de direitos: empreendedorismo e meritocracia. A educação, do pré-escolar aos níveis superiores, é uma das reivindicações mais constantes dos subalternos no Brasil. O constante crescimento da oferta de educação privada, a mercantilização da educação, em detrimento da oferta pública procuraram aproveitar via mercado o afã e o sacrifício feito pelas massas subalternas para ter acesso à educação, o que foi muitas vezes realizado com enorme endividamento familiar. A redução da qualidade da educação não deve apagar o fato de que há maior escolarização dos subalternos no Brasil e que a atuação burguesa tanto na industrialização da educação quanto através da ação de seus APHEs na educação pública busca exatamente conter as lutas que aí se originam.

A presença massiva, embora difusa, de uma militância popular é propositadamente obscurecida pela glamourização de uma “sociedade civil solidária” e sem classes sociais, repetida incessantemente nas mídias proprietárias e em inúmeros eventos nos quais APHEs fazem intensa propaganda. Movimentos de trabalhadores importantíssimos como a luta pela terra, assim como seu formidável projeto de educação pública, são completamente silenciados por tais entidades empresariais. Uma dos maiores APHEs, a Associação Brasileira do Agronegócio-ABAG, desenvolveu projeto próprio de educação destinado a silenciar qualquer projeto educativo que pudesse criticar ou apenas demonstrar os dramáticos problemas sociais e ambientais derivados da concentração da propriedade da terra, do uso indiscriminado de agrotóxicos, e da monocultura (cf. LAMOSA, 2016).

Todos os APHEs voltados para setores populares são supostamente mobilizadores, e repetem incessantemente pretender mobilizar “toda a sociedade”, apagando cuidadosamente os rastros violentos da dominação de classes. Mas sua mobilização é a conta-gotas, somente apenas quando interessa ao patronato, execrando e desqualificando as formas próprias das mobilizações populares, sobretudo as que defendem a educação e a saúde efetivamente públicas.

Outros movimentos como as lutas feministas, as lutas antirracistas e lutas ambientais ganham bastante destaque publicitário pelos APHEs empresariais e sabemos que foram alvo de intensa atividade de alguns APHEs internacionais, como as Fundações Ford e Kellogg. Há enorme quantidade de marketing e de divulgação. No entanto, tampouco tais movimentos recebem

significativo aporte dos recursos privados e públicos carreados pelos grandes APHEs brasileiros. O Censo GIFE 2018, por exemplo, relata que apenas 5% dos APHEs empresariais têm mulheres e meninas como foco prioritário, ainda que 19% as incluam em seus programas. Da mesma forma, com relação ao racismo, apenas “10% das organizações enfocam a população negra em seus projetos ou programas e 5% enfocam as comunidades indígenas e quilombolas, que ficam atrás de imigrantes e refugiados, priorizados pelos projetos ou programas de 7% dos respondentes. Esse percentual cai para 2% se forem consideradas as organizações que têm como foco prioritário a população negra” (SANTIAGO, 2019, 157).

A ascensão das lutas desses setores populares incita o empresariado a intensificar atividades voltadas para capturar seu impulso reivindicativo e procurar mantê-lo nas estreitas margens da meritocracia, tentando capturar lideranças, ao apoiar selecionadas expressões de mulheres empresárias, ou de uma pequena classe média (ou uma quase inexistente burguesia) negra para que se convertam em provas vivas da possibilidade da ascensão social pelo esforço próprio, pelo empreendedorismo e pela meritocracia. E, quiçá, em lideranças “empoderadas” pelo empresariado para capitanear os setores populares na direção da obediência e da heteronomia. Mas atenção: o procedimento conserva os traços da prática realizada durante décadas com as premiações de “operário padrão”, aquele que deveria recusar sindicatos e partidos, e abraçar a causa patronal como se fosse a sua.

Agora, como antes, os trabalhadores “padrão” ou setores especialmente oprimidos, não podem ser responsabilizados por precisarem vender força de trabalho – seja para empresas, seja para APHEs, seja para práticas gelatinosas de sujeição ao capital sem direitos. A atuação empresarial, pelo avesso, demonstra que o seu padrão de comportamento prossegue o da formação dos trabalhadores para a subalternidade, mas indica que as reivindicações dos subalternos se tornaram mais extensas e complexas.

Voltando ao começo desse texto, o avesso nos mostra que a atual reconfiguração das classes trabalhadoras resulta de situações objetivas produzidas pela expansão de um capitalismo dependente, mas há também atividade *política e subversiva* levada a efeito por *partidos* das classes dominantes. A atuação empresarial frente aos subalternos mantém os seus traços históricos – a cooptação, o transformismo, a filantropia e a violência (aberta ou jurídica). No primeiro caso, a cooptação e o transformismo tornaram-se uma espécie de mantra empresarial. O ataque patronal ao sindicalismo se somou à diluição dos laços contratuais para a sujeição de trabalhadores ao capital, e a adequação de enormes massas de trabalhadores às novas e precarizadas condições exigiu um salto de escala na ação empresarial, que retoma os velhos modelos, agora a serem generalizados na educação pública. Para tanto, inventa premiações e cerimônias nas quais desfilam os empreendedores padrão. Não se trata de uma intervenção isolada, mas de tarefa levada adiante *pelo Estado e pelas classes dominantes*,

tanto na sua atuação diretamente patronal, quanto na atividade explicitamente política realizada pelos APHs empresariais. A filantropia, revestida da opacidade linguística do ‘investimento social’, se realiza em boa medida com os próprios recursos públicos, ainda que diretamente capitaneados pelo patronato.

O JOGO DAS DIREITAS – POLARIZAÇÃO?

A atuação mercantil-filantrópica dos APHs empresariais configurou uma “nova direita”, com perfil ultraliberal no Brasil, que exercitou-se em formular políticas, decidir a destinação dos recursos públicos e geri-los diretamente, privatizando parcela das políticas universais e “vendendo” plataformas de gestão para saúde e educação públicas, materiais de saúde, escolares e outros. Espero ter ficado claro que ela nada tem de democrática e que, ao contrário, procurou silenciar os subalternos – apagando sua presença significativa no âmbito associativo e nas lutas sociais –, concordou com os processos de devastação de direitos, atacou e ataca frontalmente a capacidade organizativa política dos trabalhadores e subalternos, em âmbitos cruciais – nos serviços públicos universais e na organização política. Todo esse ativismo empresarial hegemônico, entretanto, não elimina as razões e as causas dos descontentamentos populares e, ao contrário, tende a exacerbá-los, mesmo que introduzindo elementos profundamente desagregadores. E os exacerba na mesma proporção em que avança nas expropriações de terras, de direitos e na precarização da existência.

Que conexões poderíamos apresentar com a ascensão de projetos fascistas? É mister observar que não se trata do mesmo projeto político, uma vez que a mobilização sugerida pelos APHEs é quase uma figura de retórica, extremamente contida, enquanto um dos traços do profascismo resultou da exasperação de mobilizações de setores empresariais e médios, cuja radicalização conservadora amparou-se na defesa da violência direta contra os subalternos, inclusive religiosa. Mas tampouco se trata de projetos com contradições internas substantivas, pois foi no rastro da devastação levada a efeito pela peculiar aliança entre as novas direitas, seus APHEs e os remanescentes de partidos outrora de esquerda, que ocorreu um deslocamento interno que levaria a extrema direita a liderar o conjunto das classes dominantes. E, acima de tudo, APHEs e setores fascistas compartilhavam dos fundamentos ultraliberais no trato da coisa pública e da atuação comum em prol do rebaixamento da democracia e de suas conquistas.

As grandes mobilizações populares de 2013, cujo foco central original eram reivindicações de direitos, a começar pelo Passe Livre (transporte gratuito), mas também expresso em inúmeros cartazes exigindo saúde e educação “padrão Fifa”, demonstraram que tais APHEs eram impotentes para direcioná-las ou para contê-las. Realizaram então dois movimentos: mantiveram sua atuação, mas delegaram a *direção política* aos setores da extrema direita com os quais mantinham vínculos próximos – e o APHE Millenium foi ilustrativo desse

comportamento dúplice. Mantinham um discurso público da “melhoria para todos” enquanto endossaram a exacerbação da violência ideológica e simbólica contra os subalternos, além da truculência policial ou paramilitar. Isso foi possível pois organizações de teor fascistas, como o Mídia Sem Máscara, protagonizado por Olavo de Carvalho, cresceram mantendo interfaces com a grande mídia proprietária (cf. PATSCHIKI, 2012). De longa data um APHE como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fomenta a formação de um empresariado de perfil de extrema direita. Seu braço Rede da Liberdade conecta-se com o Instituto Mises Brasil (cf. DAL PAI, 2017) o qual, por seu turno, conecta-se com diversos outros APHs ultraliberais ou de extrema-direita. Essa extrema direita ultraliberal e/ou fascista já ocupava nichos e espaços privilegiados no interior de redes de APHEs.

A exasperação do antipetismo, intensificada após 2015, que rapidamente se convertia num anticomunismo visceral, não dividiu o conjunto dos APHEs no Brasil, que pareciam confortáveis em sua posição dúplice – educador privado e público de massas de trabalhadores para a precarização com o uso de recursos públicos, defesa dura e branda das privatizações e do ultraliberalismo, e tranquila intimidade com diversos setores da extrema direita.

Não temos como deslindar neste espaço os vínculos diretos que esse universo de APHEs mantêm com as extremas direitas, no cenário brasileiro e internacional, o que merece análise específica. Daremos apenas alguns exemplos expressivos. Sabemos que houve intensa circulação cosmopolita de palestrantes, conferencistas e de APHEs da extrema direita internacional e latino-americana (cf. Casimiro, 2018, p. 311-346). É possível indicar sintomas dessa ubiquidade empresarial através, por exemplo, de APHEs como o LIDE, dirigido por João Dória e, sobretudo, aqueles ligados à empresa Gerdau e seus dirigentes. Jorge Gerdau Johanpetter integrou os governos Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, a família Gerdau era uma ativista de APHs empresariais coligados com a extrema direita internacional (IEE e seus desdobramentos), dirigiu o Todos pela Educação, participava ativamente do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (IEDI) e liderou o Movimento Brasil Competitivo (MBC), com extenso projeto de reordenamento do Estado brasileiro, dentre outras participações em APHEs. A pesquisa de Anderson Tavares debruça-se sobre a atuação de entidades do grupo Gerdau e, em especial, do MBC (cf. TAVARES, 2020). O APHE *Grupo Mulheres do Brasil*, criado em 2013, por iniciativa de Luíza Trajano (empresa Magalu) e do empresário Salim Mattar Jr. (empresa Localiza), este um dos primeiros apoiadores públicos dos propósitos fascistas de Jair Bolsonaro⁴, volta-se para o empreendedorismo feminino. A ambivalência reaparece: Luiza Trajano chegou a ser cogitada para ser vice-presidente de uma chapa Lula da Silva para as eleições de 2022.

⁴ Conferir <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/nossa-historia/> acesso 11/3/2021.

A devastação das conquistas democráticas realizadas pelos APHEs é de longa data, e atravessou os diversos governos pós-Constituição de 1988. Sua intensificação pelo governo Michel Temer contemplava tanto as empresas quanto seus APHEs e mesmo a eleição de Bolsonaro passou sob relativo silêncio de tais APHEs, dado seu programa ultraliberal, compatível com os projetos empresariais. Houve enormes manifestações contrárias ao fascismo proveniente de associações e movimentos populares, também integrantes da sociedade civil no seu polo subalterno, muitos deles presentes em algumas redes empresariais, mas com escassa repercussão entre APHEs. A ascensão protofascista abriria entretanto uma polarização peculiar, no interior das direitas, uma vez que o governo Bolsonaro passou a denunciar atividades de alguns APHEs como comunistas, especialmente no que concerne à diversidade (que, como vimos, ocupa pouco espaço efetivo da atuação dos APHEs, mas bastante espaço publicitário). Tomou todo o cuidado, entretanto, para não nomeá-los e para conservar a relação direta com os próprios empresários, com exceção do enfrentamento crescente com a Rede Globo, integrante de todos os grandes APHEs.

A gestão genocida da pandemia reduziu esse apoio silencioso dos APHEs ao protofascismo. Nova onda midiática de apoio a práticas de cunho filantrópico e educativo para os subalternos veio à tona, com a criação em 2020 de novo APHE dirigido pela Fundação Itaú, o Todos pela Saúde, e intensa propaganda dessa “Solidariedade S.A”, sobretudo através da Rede Globo. Alguns APHEs, configurando exceções, se pronunciaram precoce e explicitamente contra Bolsonaro, como o Instituto Ethos e a Fundação Avina. Ainda em 2018, quando uma enorme quantidade de associações populares liderou diversas manifestações, o GIFE repercutiu o Pacto pela Democracia em seu relatório 2018, repudiando declarações de Bolsonaro atacando os ativismos. Não realizou um debate propriamente político, mas a defesa do tipo de atuação empresarial dúplice que vinha sendo levada a efeito. O Todos pela Educação, que experimentou alguma redução de seu papel central de dirigente da política educacional, realizou diversas críticas à política educacional do des-governo Bolsonaro, voltadas para assegurar seu próprio protagonismo e não para inflétrir o processo de privatização acelerado pelo bolsonarismo.

De forma provocativa, vale lembrar que há diferenças e divergências entre empresários. Mas não oposição de classe entre eles. Assim, não houve até aqui nenhuma manifestação antifascista do empresariado brasileiro. Trata-se de... luta de classes.

Qualquer efetiva polarização na política brasileira não depende das tensões interempresariais ou de alguma veleidade antifascista que contenham, mas da emergência das manifestações dos subalternos, cujas lutas diversificadas sabemos que não podem ser eliminadas nem por APHEs, apesar de pretenderem silenciá-las, nem unicamente pela truculência repressiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Laura Beraldo. **Os entrelaçamentos proprietários no Brasil entre 1998 e 2020**. (Tese de Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia). Rio de Janeiro, UFRJ, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. SP, Boitempo, 2018.

BISC. Comunitas. **Relatório 2020**. Disponível em: https://www.comunitas.org/wp-content/uploads/2021/05/BISC_2020_Relat%C3%B3rioFinal_DIGITAL. acesso 17/06/2021.

BRADERSCO. **Formulário de Referência 2020**. <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/80f2e993-0a30-421a-9470-a4d5c8ad5e9f/2ed4a1c5-4374-eb44-29df-48fba65b521e?origin=1> P.32 – acesso 23/06/2021.

BRASIL. IBGE, IPEA, GIFE, ABONG. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. IBGE, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. IBGE, IPEA, GIFE, ABONG. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005**. IBGE, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. IPEA. Lopez, Felix Garcia (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília, Ipea, 2018.

BUTTIGIEG, J. A. “Subalterno, Subalterni”. In LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. **Dizionario gramsciano**. Roma, Carocci, 2009.

CARIELLO, Lísia Nicollielo. **Construindo redes de intelectuais orgânicos: o programa de Bolsa de Estudos Lemann Fellowship da Fundação Lemann (2007-2018)**. (Dissertação de mestrado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2021.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A nova direita**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig von Mises Brasil: Os arautos do anarcocapitalismo**. (Dissertação de Mestrado em História). Candido Marechal Rondon, Unioeste, 2017.

DEGENSZAJN, André e ROLNIK, Iara. **Censo GIFE 2014**. São Paulo: GIFE, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional capitalista**. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1919-1986). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

EVANGELISTA, Olinda. “De protagonistas a obstáculos: Aparelhos Privados de Hegemonia e conformação docente no Brasil”. **Revista Outubro**, n. 35, 2021 (no prelo).

FONTES, Virgínia. “O capital, frações, tensões e composições”. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Orgs). **Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro, Ed. EPSJV e UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. “A questão meridional”. In _____. **Escritos Políticos**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

HOEVELER, Rejane Carolina. **(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do Council of the Americas (1965-2019). (Tese de doutorado em História Social). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2020.

HOEVELER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. (Dissertação de Mestrado. História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e Agronegócio: a Nova Ofensiva do Capital nas Escolas Públicas**. Curitiba, Appris, 2016.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. **Dizionario gramsciano**. Roma, Carocci, 2009.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo, Boitempo, 2019.

MORAES, Reginaldo. “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org). **A nova pedagogia da hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005.

PATSCHIKI, Lucas. **OS litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. (Dissertação de Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon-PR, Unioeste, 2012.

PAULO, Diego Martins Dória. **As contradições da democracia e o Instituto Fernando Henrique Cardoso (2004-2019)**. (Tese de doutoramento em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2020.

PRONKO, M. “Modelar o comportamento”. In: **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 167-180, 30 jun. 2019.

SANTIAGO, Graziela (Coord), Ferreti, Michelle e BARROS, Marina. **Censo GIFE 2018**. – São Paulo, SP: GIFE, 2019.

SILVA, VICENTE GIL DA SILVA **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. (Tese de doutoramento em História) Rio de Janeiro, UFRJ, 2020.

STAUFFER, Anakeila et al (Orgs.) **Hegemonia burguesa na educação pública**. Rio de Janeiro, EPSJV, 2018.

TAVARES, Anderson. **Transformações no aparelho de Estado e dominação burguesa no Brasil (1990-2010)**. (Tese de doutoramento em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2020.

Recebido em 03 de agosto de 2021

Aceito em 03 de agosto de 2021

Editado em novembro de 2021